

## • Nacional

## ORÇAMENTO FEDERAL

## Impasse para pagar benefícios

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília

O presidente José Sarney concordou em propor ao Congresso o corte nos incentivos fiscais e o aumento de impostos para gerar uma receita adicional equivalente a US\$ 3,9 bilhões em 1990, mas o encaminhamento da proposta orçamentária nesta quinta-feira poderá ser adiada se a Secretaria de Planejamento (Seplan) e as lideranças parlamentares não chegarem hoje a um acordo em torno de déficit da Previdência Social.

A reunião de ontem entre o secretário-geral da Seplan, Ricardo Santiago, e a comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Câmara dos Deputados mostrou que persistem as divergências em torno da implantação dos novos benefícios previdenciários previstos na Constituição, cuja entrada em vigor no próximo ano exigiria o aumento de receita para cobrir despesas adicionais equivalentes a US\$ 5 bilhões.

Um parecer da Consultoria Geral da República, refletindo o texto constitucional, reafirma que os novos benefícios não precisam necessariamente entrar em vigor em 1990, já que podem ser implantados 18 meses após a aprovação da lei da nova segurança social, que ainda nem começou a ser votada no Congresso.

Os ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, preferem seguir o parecer e não aumentar a carga tributária das empresas para pagar estes benefícios em 1990, deixando a questão para o ano seguinte. O ministro da Previdência, Jader Barbalho, e principalmente as lideranças parlamentares querem prever recursos para estes novos gastos, que pretendem ver implantados o mais rápido possível.

As propostas originais para gerar receitas equivalentes a 1,2% do Produto Interno Bruto, que é o custo destes novos benefícios, incluíam desde a elevação da contribuição das empresas ao Finsocial, de 1 (era 0,5% até recentemente) para 2 ou 3% até a taxação das exportações e dos bens superfluos, entre outras alternativas.

fiscais previstas na legislação, não terá aumentado o valor das transferências do Tesouro à Previdência, se-

gundo a Seplan. O Executivo vai propor apenas o corte nos incentivos fiscais, a nova tributação da proprie-

dade rural não-produtiva e as alterações no Imposto sobre Produtos Industrializados. As demais medidas

fiscais, como a taxação de grandes fortunas, já são previstas em projetos que tramitam no Congresso.

## EXPORTAÇÕES

Na reunião de ontem tentou-se um acordo, com a Seplan admitindo incluir as operações de exportação no lucro global das empresas, que estão sujeitas ao pagamento da contribuição anual de 8%, de modo a gerar o equivalente a US\$ 500 milhões (NCz\$ 600 milhões a preços de maio/89). Com isso, mais algumas transferências de recursos do pacto fiscal, já aceito por Sarney, seria possível começar-se a implantar os novos benefícios a partir de 1º de agosto de 1990.

O presidente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE), não concordou com a área econômica e sugeriu uma segunda proposta: alguns benefícios começariam a ser implantados em março próximo, enquanto o restante só entraria em vigor em agosto e, finalmente, em janeiro de 1991. Isso reduziria a projeção do déficit da segurança social dos atuais NCz\$ 6 bilhões, a preço de março.

## NOVA ESTIMATIVA

A economista do Ministério da Previdência, Márcia Barsit, que preside a comissão encarregada de montar o orçamento da segurança social, ficou de apresentar ainda hoje uma nova estimativa dos custos decorrentes desta contraproposta para então se tentar encontrar as fontes de receitas aceitáveis pela área econômica.

Na reunião de segunda-feira à noite, Batista de Abreu e Ferreira da Nóbrega praticamente decidiram não aceitar o aumento do Finsocial, considerado altamente inflacionário e progressivo. Manifestaram também oposição à taxação direta da renda das empresas gerada pelas exportações, mediante o aumento de da alíquota do Imposto de Renda de 6 para 18%, como querem os congressistas.

"Nossa ideia era taxar todas as exportações de bens e serviços, e não só incluir o lucro dessas operações na contribuição social de 8%", informou Raimundo Bezerra, que reafirmou a disposição de sua comissão em exigir o aumento do Finsocial se esta for a única saída para viabilizar os novos benefícios.

O resumo do orçamento da União que o Executivo está obrigado a encaminhar amanhã ao Congresso, já supondo as medidas